



Adoecimento docente no Paraná: reformas neoliberais e o colapso da saúde na escola pública

Teacher illness in Paraná: neoliberal reforms and the collapse of health in public schools

Enfermedades docentes en Paraná: reformas neoliberales y el colapso de la salud en las escuelas públicas

Alice Cristina Sarmiento Gonçalves

Doutoranda em Educação

Instituição: Universidade Católica de Petrópolis

Endereço: R. Barão do Amazonas, 124, Centro, Petrópolis - RJ,

CEP: 25685-100

E-mail: alicesarmentovet2@gmail.com

RESUMO

Este artigo analisa criticamente os impactos das reformas educacionais neoliberais na saúde física e mental dos professores da rede pública estadual do Paraná. A partir de uma revisão de literatura e análise de documentos públicos, notícias jornalísticas e dados sindicais, investiga-se como a lógica gerencialista, centrada em metas, controle e desempenho, tem contribuído para o colapso da saúde docente. O estudo destaca os efeitos psicossociais do modelo tecnocrático de gestão escolar, com ênfase na intensificação do trabalho, desvalorização simbólica da profissão e desmonte das disciplinas humanísticas. Casos recentes de morte de professoras durante o expediente escolar são discutidos como manifestações extremas de um adoecimento estrutural. O texto também articula uma crítica teórica ao esvaziamento da função crítica da escola e defende a necessidade de resistência pedagógica e reconstrução de políticas públicas orientadas por princípios democráticos e humanizadores. A pesquisa conclui que a saúde dos docentes é um indicador central da vitalidade da escola pública e da própria democracia, sendo urgente reverter a mercantilização da educação e promover condições dignas de trabalho.

Palavras-chave: adoecimento docente, reformas neoliberais, saúde mental, gestão escolar, Paraná.

ABSTRACT

This article critically analyzes the impacts of neoliberal educational reforms on the physical and mental health of teachers in the public school system in the state of Paraná. Based on a literature review and analysis of public documents, news reports, and union data, the study investigates how the managerialist logic, centered on goals, control, and performance, has contributed to the collapse of teacher health. The study highlights the psychosocial effects of the technocratic model of school management, with an emphasis on the intensification of work,



the symbolic devaluation of the profession, and the dismantling of humanistic disciplines. Recent cases of deaths of teachers during school hours are discussed as extreme manifestations of a structural illness. The text also articulates a theoretical critique of the emptying of the critical function of schools and defends the need for pedagogical resistance and the reconstruction of public policies guided by democratic and humanizing principles. The research concludes that teacher health is a central indicator of the vitality of public schools and of democracy itself, and that it is urgent to reverse the commodification of education and promote decent working conditions.

Keywords: teacher illness, neoliberal reforms, mental health, school management, Paraná.

RESUMEN

Este artículo analiza críticamente los impactos de las reformas educativas neoliberales en la salud física y mental del profesorado del sistema escolar público del estado de Paraná. A partir de una revisión bibliográfica y del análisis de documentos públicos, noticias y datos sindicales, el estudio investiga cómo la lógica gerencial, centrada en objetivos, control y desempeño, ha contribuido al deterioro de la salud docente. El estudio destaca los efectos psicosociales del modelo tecnocrático de gestión escolar, con énfasis en la intensificación del trabajo, la devaluación simbólica de la profesión y el dismantelamiento de las disciplinas humanísticas. Se discuten casos recientes de muertes de docentes durante el horario escolar como manifestaciones extremas de una enfermedad estructural. El texto también articula una crítica teórica del vaciamiento de la función crítica de las escuelas y defiende la necesidad de resistencia pedagógica y la reconstrucción de políticas públicas guiadas por principios democráticos y humanizadores. La investigación concluye que la salud docente es un indicador central de la vitalidad de las escuelas públicas y de la propia democracia, y que es urgente revertir la mercantilización de la educación y promover condiciones laborales dignas.

Palabras clave: enfermedad docente, reformas neoliberales, salud mental, gestión escolar, Paraná.

1 INTRODUÇÃO

Em 2024 e 2025, o estado do Paraná passou a ser palco de um conjunto de episódios dramáticos envolvendo a saúde física e mental de professoras da rede estadual de ensino. Casos recentes de morte em serviço, como o da educadora que faleceu dentro de uma escola cívico-militar em Curitiba, expuseram de forma crua o grau de vulnerabilidade a que estão submetidos os



profissionais da educação (APP-SINDICATO, 2025). Esses eventos geraram comoção nacional e trouxeram à tona um debate urgente sobre as consequências das reformas educacionais e dos modelos de gestão adotados no estado.

A morte de outra professora em escola estadual, ocorrida apenas seis dias antes, levou a Secretaria de Estado da Educação a anunciar a ampliação de programas de saúde para educadores, evidenciando a dimensão do problema. Em paralelo, a Assembleia Legislativa do Paraná convocou audiências públicas para debater estratégias de enfrentamento ao adoecimento docente, reconhecendo que se trata de um fenômeno de caráter estrutural e não de casos isolados (ALEP, 2024).

Dados obtidos pelo Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná revelam que mais de 8,9 mil afastamentos por problemas de saúde mental foram registrados entre professores da rede estadual apenas no primeiro semestre de 2024. Os principais diagnósticos incluíam transtornos de ansiedade, depressão e síndrome de burnout, condições agravadas por jornadas extenuantes, metas inatingíveis e um ambiente de trabalho marcado por vigilância e pressão constante.

Esses episódios não podem ser interpretados como desvios da norma, mas sim como o resultado previsível de um modelo de gestão educacional ancorado em preceitos da Nova Gestão Pública e do gerencialismo tecnocrático. A morte em serviço de professoras, longe de ser uma exceção, revela os limites da resiliência docente diante de reformas que esvaziam o sentido pedagógico do trabalho e ampliam sua lógica produtivista (SINDISAÚDE-PR, 2024).

Este artigo tem como objetivo analisar criticamente os impactos das reformas educacionais neoliberais implementadas no Paraná sobre a saúde física e mental dos professores. Ao articular dados empíricos e reflexões teóricas, busca-se compreender como a racionalidade de mercado aplicada à escola pública tem produzido um ambiente de trabalho adoecedor, invisibilizando o sofrimento dos educadores e naturalizando o colapso da saúde docente.



O recorte territorial no Paraná se justifica não apenas pelo volume de casos documentados, mas também pela centralidade do estado na experimentação de políticas educacionais voltadas à eficiência gerencial e ao controle de resultados. Iniciativas como a implantação de plataformas de monitoramento, provas padronizadas e programas de militarização escolar têm tensionado o cotidiano docente e redefinido o papel dos professores, convertendo-os em agentes executores de metas externas.

Esse processo tem gerado um ambiente escolar cada vez mais hostil, onde o trabalho pedagógico é submetido à lógica da produtividade, do controle e da culpabilização individual pelo “fracasso” institucional. As condições de trabalho se tornam insustentáveis, e o sentido da docência se esvazia diante de metas tecnocráticas e práticas autoritárias. Como reflexo disso, cresce o número de educadores adoecidos, afastados ou em sofrimento silencioso dentro das salas de aula.

Ao mesmo tempo em que denuncia o colapso da saúde dos professores, este trabalho pretende também apontar para a urgência de se pensar alternativas de resistência e revalorização da prática docente. A escola precisa ser resgatada como espaço de emancipação, e não de opressão institucional. Para isso, é necessário retomar uma perspectiva humanizadora e democrática da educação, ancorada na crítica social, na autonomia pedagógica e na valorização do trabalho docente.

Assim, o presente estudo lança luz sobre a íntima relação entre as reformas educacionais neoliberais e o adoecimento estrutural da categoria docente no Paraná. Ao explicitar as conexões entre gestão tecnocrática e sofrimento humano, pretende-se contribuir com o debate sobre políticas públicas mais justas, sensíveis à saúde dos educadores e comprometidas com a função crítica e formadora da escola pública.



2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 O AVANÇO DAS POLÍTICAS GERENCIALISTAS NA EDUCAÇÃO PÚBLICA

O avanço das políticas educacionais neoliberais no Brasil se manifesta de forma contundente no estado do Paraná, especialmente por meio da adoção de práticas gerencialistas que subordinam a lógica educacional aos princípios de eficiência, produtividade e controle. Tais políticas vêm sendo justificadas como supostas soluções para o "fracasso" da escola pública, mas na verdade promovem um processo de desresponsabilização do Estado e de deslocamento da função social da educação para a lógica do mercado (Freitas, 2012).

Conforme aponta Luiz Carlos de Freitas (2012), o discurso da responsabilização e da meritocracia tem sido utilizado como instrumento ideológico para desmoralizar o magistério e legitimar intervenções que aprofundam a precarização do trabalho docente. No caso paranaense, essa lógica se expressa em programas de avaliação padronizada, ranqueamento de escolas e imposição de metas baseadas em desempenho, práticas que ignoram as desigualdades estruturais entre as unidades escolares e culpabilizam os professores por resultados adversos.

Essa racionalidade empresarial, que promove a lógica do controle por resultados, é parte de um projeto político mais amplo, caracterizado pela chamada "Nova Gestão Pública". Trata-se da transposição de modelos administrativos oriundos do setor privado para a administração pública, com ênfase na racionalização de custos, fiscalização de metas e flexibilização das relações de trabalho (Freitas, 2012).

A ascensão desse paradigma gerencialista encontra respaldo em uma vertente teórica que privilegia o capital humano como centro da política educacional. Em vez de formar cidadãos críticos, a escola passa a ser concebida como espaço de preparação para o mercado de trabalho, reforçando a funcionalização do ensino e esvaziando sua dimensão crítica e emancipatória (Frigotto, 2017).



Gaudêncio Frigotto (2017) observa que a educação brasileira, sobretudo a partir das reformas dos anos 1990, tem sido permeada por um discurso que transforma a escola em um campo de disputa ideológica, onde a neutralidade é usada como máscara para imposições conservadoras. A lógica gerencial, nesse contexto, se alinha à negação da pluralidade e da crítica como elementos centrais da formação humana.

A análise histórica da constituição da escola moderna, realizada por Vasconcelos e Boto (2020), mostra que a escola pública foi concebida como um espaço de letramento, cidadania e socialização democrática. Ao substituir essa função por mecanismos de controle e vigilância, as reformas recentes promovem um retrocesso civilizatório, comprometendo o papel histórico da educação escolar.

No Paraná, essa lógica se materializa em medidas como a imposição de plataformas digitais para monitoramento do trabalho docente, o uso de provas padronizadas para avaliação externa e o fortalecimento da autoridade das direções escolares em detrimento da autonomia pedagógica dos professores (Flach; Schlesener, 2017).

Esse conjunto de medidas não é neutro: ele se insere em um contexto de disputa por hegemonia no campo educacional. Inspiradas na Teoria da Escolha Racional e na Teoria do Capital Humano, essas reformas visam conformar o sujeito educacional às exigências do mercado, tornando a escola um espaço de conformidade e não de contestação (Freitas, 2012; Frigotto, 2017).

A ocupação das escolas públicas do Paraná por estudantes secundaristas, em 2016, representou uma resposta coletiva à tentativa de implementação dessas reformas sem consulta popular. A repressão violenta às ocupações revelou o caráter autoritário da gestão educacional, evidenciando que o avanço do gerencialismo se dá frequentemente em detrimento da participação democrática (Flach; Schlesener, 2017).

Essa repressão também revela o esvaziamento do debate público sobre as finalidades da educação. Em vez de promover um diálogo plural e qualificado, os governos optam por impor medidas administrativas que transformam os



educadores em executores de políticas alheias à realidade escolar, desconsiderando sua experiência e saber pedagógico (Castro; Amaral, 2019).

2.2 A EXPERIÊNCIA PARANAENSE E A NOVA GESTÃO PÚBLICA

A experiência do estado do Paraná ilustra com clareza o avanço da Nova Gestão Pública no setor educacional. Inspirado em modelos empresariais, o governo estadual implementou uma série de medidas que intensificam o controle sobre o trabalho docente, como a adoção da "Prova Paraná", o uso de sistemas de ranqueamento e a militarização das escolas (Lacé; Santos, 2019).

A militarização, em especial, tem sido apresentada como solução para os "problemas de disciplina" da escola pública. No entanto, estudos mostram que tal modelo fere os princípios constitucionais do direito à educação e da gestão democrática, promovendo a negação da diversidade e a imposição de valores autoritários (Lacé; Santos, 2019).

No Paraná, a expansão das escolas cívico-militares representa uma tentativa de controlar não apenas o conteúdo pedagógico, mas também os corpos e os comportamentos dos sujeitos escolares. Esse tipo de gestão atua pela via da imposição e da padronização, opondo-se frontalmente à ideia de uma escola como espaço de liberdade e emancipação (Lacé; Santos, 2019; Frigotto, 2017).

A lógica de responsabilização individual e de vigilância permanente do desempenho dos professores contribui para a intensificação do trabalho docente, que passa a ser orientado por metas e métricas que desconsideram a complexidade do processo educativo (Freitas, 2012).

Nesse contexto, os mecanismos tradicionais de participação escolar, como conselhos escolares e eleições democráticas para a direção, são fragilizados ou desconsiderados. A imposição de modelos centralizadores e tecnocráticos substitui o diálogo com a comunidade por determinações burocráticas (Castro; Amaral, 2019).



O projeto pedagógico das escolas paranaenses, cada vez mais submetido a lógicas externas, perde sua capacidade de refletir sobre a realidade social e de atuar na formação de sujeitos críticos. Como destaca Frigotto (2017), a educação se transforma em uma esfera instrumental, dedicada ao treinamento e à conformidade, e não à autonomia.

Essa desconexão entre as diretrizes impostas pelas secretarias de educação e as práticas reais das escolas públicas gera um clima de insatisfação generalizada entre os professores, afetando diretamente sua saúde mental, sua motivação profissional e seu sentido de pertencimento institucional (Flach; Schlesener, 2017; Freitas, 2012).

A ausência de canais democráticos de escuta e de acolhimento das demandas do magistério cria um ambiente de isolamento e sofrimento no interior das escolas. Nesse sentido, a adoção da Nova Gestão Pública no Paraná tem se revelado incompatível com uma concepção humanizadora e crítica de educação (Vasconcelos; Boto, 2020).

Como alertam Levitsky e Zibblatt (2018), o enfraquecimento das instituições democráticas pode se dar por vias aparentemente legais, mas profundamente autoritárias. No caso paranaense, a imposição de reformas sem diálogo com os atores da educação configura um processo de erosão da democracia escolar.

Em suma, o contexto das reformas educacionais no Paraná evidencia a consolidação de um modelo que associa controle, produtividade e conformismo, rompendo com os fundamentos históricos da escola pública. É urgente retomar o projeto de uma educação democrática e socialmente referenciada, capaz de resistir à mercantilização e de preservar o direito à formação integral dos sujeitos.

2.3 EFEITOS PSICOSSOCIAIS DO MODELO TECNOCRÁTICO DE GESTÃO

As reformas educacionais orientadas pelo paradigma neoliberal têm reconfigurado as condições de trabalho dos professores, impondo metas, controles e sistemas de avaliação cada vez mais rigorosos. Essa lógica



tecnocrática transforma a prática docente em um conjunto de tarefas mensuráveis, pressionando os profissionais a atingirem padrões de desempenho que nem sempre condizem com a realidade escolar. Mendes e Oliveira (2023) destacam que esse processo intensifica o sofrimento psíquico dos professores ao associar a eficácia pedagógica à produtividade mensurada por indicadores externos e descontextualizados.

Ao mesmo tempo, os vínculos afetivos e os elementos subjetivos da docência são desvalorizados ou eliminados, reforçando uma visão funcionalista e instrumental da educação. Segundo Facci (2019), essa transformação reduz o espaço de autonomia do professor e o submete a uma lógica de trabalho cada vez mais alienante, provocando sentimentos de frustração, ansiedade e impotência diante das exigências institucionais. A ausência de reconhecimento simbólico e a constante vigilância administrativa contribuem para um clima organizacional opressivo, que mina o bem-estar docente.

A intensificação do trabalho, marcada por acúmulo de funções, burocratização e responsabilização individual por resultados sistêmicos, tem se mostrado como um dos principais fatores de adoecimento entre os profissionais da educação. Facci, Urt e Barros (2018) argumentam que, nesse contexto, o professor passa a vivenciar uma sobrecarga não apenas física, mas também emocional, tornando-se alvo de um discurso meritocrático que culpabiliza o indivíduo por falhas estruturais da escola pública.

A lógica gerencialista, fundamentada na Nova Gestão Pública (NGP), introduz práticas como o controle por metas, a avaliação de desempenho individual e o ranqueamento de escolas. Essas práticas, embora apresentadas como inovações, têm profundo impacto sobre a saúde psíquica dos docentes. Cancian (2022) analisa que, sob essa racionalidade, os professores são induzidos a competir entre si, gerando isolamento, precarização dos laços coletivos e aumento dos conflitos interpessoais nas unidades escolares.

Além disso, o Estado, ao adotar essa lógica empresarial, retira-se de sua responsabilidade com a promoção de condições dignas de trabalho, transferindo ao docente a obrigação de gerenciar sua própria saúde, desempenho e



desenvolvimento profissional. Isso evidencia uma política de individualização dos problemas e desresponsabilização institucional. Wanzinack e Santos (2017) argumentam que tal perspectiva promove um modelo de gestão no qual o sofrimento é naturalizado, sendo tratado como falha pessoal e não como resultado de condições laborais adoecedoras.

No Paraná, esse modelo se manifesta com intensidade. De acordo com Moura e Andrade (2020), a lógica da performance, impulsionada por organismos internacionais e corporativos, converte a escola em um ambiente regulado por parâmetros econômicos. Essa racionalidade transforma o professor em executor de demandas externas, desconsiderando as especificidades locais e pedagógicas, o que gera desmotivação, exaustão e descrença no sentido do trabalho docente.

A reconfiguração da função docente também tem efeitos sobre a identidade profissional. Facci (2019) ressalta que a alienação dos professores em relação ao próprio fazer pedagógico, associada à constante cobrança por resultados, leva ao esvaziamento do sentido social da profissão, afetando diretamente a saúde mental e emocional desses trabalhadores. O docente deixa de ser um mediador crítico e passa a ser visto como um agente técnico, executando protocolos previamente definidos por instâncias superiores.

Essa situação é agravada pela ausência de políticas efetivas de cuidado e prevenção ao adoecimento docente. Mendes e Oliveira (2023) observam que os programas voltados à saúde do trabalhador da educação são, em geral, paliativos e não enfrentam as causas estruturais do sofrimento. Em vez disso, reforçam ações individualizadas e de responsabilização subjetiva, como campanhas de autocuidado, sem rever as condições objetivas de trabalho.

A precarização das relações laborais e a fragmentação da jornada de trabalho também contribuem para o agravamento do quadro. Os professores, muitas vezes obrigados a atuar em diferentes escolas e com contratos instáveis, enfrentam uma rotina marcada pela insegurança e pelo excesso de deslocamentos. Facci, Urt e Barros (2018) apontam que esse cenário



compromete a saúde física e mental dos docentes, que se veem em constante estado de alerta e sobrecarga.

Por fim, é necessário destacar que o sofrimento psíquico dos professores não é um fenômeno isolado ou excepcional, mas um sintoma de um modelo educacional que, ao priorizar a eficiência e os resultados quantitativos, sacrifica os sujeitos que constroem o cotidiano da escola. Esse modelo, longe de ser neutro, é expressão de um projeto político que reconfigura o papel da educação e os vínculos entre Estado e trabalho docente, como já alertava Spring (2004).

2.4 CASOS RECENTES DE ADOECIMENTO E MORTE DE PROFESSORAS

Nos últimos anos, o Paraná tem vivenciado um cenário alarmante de adoecimento mental entre docentes da rede estadual, com reflexos trágicos que incluem mortes em pleno ambiente escolar. Esses episódios não podem ser compreendidos como eventos isolados ou meramente pontuais, mas sim como sintomas explícitos de um modelo educacional que adoece e exaure seus profissionais. Em 2024, segundo dados do APP-Sindicato, mais de 8.900 professores e professoras foram afastados do trabalho por problemas relacionados à saúde mental, evidenciando o colapso sistêmico das condições laborais no setor educacional paranaense (APP-SINDICATO, 2024a).

Entre os casos mais notórios, destaca-se a morte de uma professora dentro de uma escola cívico-militar em Curitiba, em junho de 2024. A educadora faleceu durante o expediente, após relatar intenso mal-estar, sem que houvesse resposta institucional eficaz para socorro imediato. O caso gerou ampla repercussão nacional e reacendeu o debate sobre a precarização do trabalho docente e os limites impostos pela militarização das escolas públicas (APP-SINDICATO, 2024).

Poucos dias depois, outro episódio semelhante ocorreu em Apucarana, onde uma professora também morreu enquanto trabalhava. A sucessão dos casos em curto intervalo de tempo reforçou a percepção de que a saúde mental dos educadores vem sendo negligenciada pelas políticas públicas, sobretudo em



um estado que prioriza plataformas digitais, metas e vigilância pedagógica em detrimento do cuidado humano.

Frente a essa realidade, a Assembleia Legislativa do Paraná promoveu audiências públicas para discutir a situação do magistério. A partir dos relatos de sindicatos, especialistas e familiares das vítimas, reconheceu-se que há um esgotamento estrutural, intensificado pelas reformas neoliberais que impõem aos docentes um modelo de produtividade descolado da realidade escolar (ALEP, 2024). A discussão legislativa, embora importante, ainda não resultou em ações estruturantes e permanentes.

O Governo do Estado, diante da pressão popular, anunciou a ampliação do programa "Cuidar de Quem Educa", voltado à saúde de professores. No entanto, essa medida foi recebida com ceticismo por parte da categoria, uma vez que as ações anteriores limitaram-se a intervenções pontuais, sem enfrentar as causas profundas do adoecimento, como a sobrecarga de trabalho, a ausência de escuta institucional e a lógica de vigilância nas escolas.

Os estudos de Facci (2019) ajudam a compreender que o sofrimento docente não é apenas uma reação individual às pressões do cotidiano escolar, mas um fenômeno que emerge da contradição entre o sentido histórico da docência e a realidade imposta por modelos gerencialistas. Quando o trabalho perde sua dimensão crítica e se converte em cumprimento de metas, o sujeito se aliena, fragilizando sua saúde mental e emocional.

Essa alienação do trabalho pedagógico é reforçada por práticas institucionais que negam a autonomia docente. Mendes e Oliveira (2023) apontam que, em contextos de intensificação do trabalho, as escolas deixam de ser espaços de criação e reflexão para se tornarem ambientes de cobrança permanente e vigilância, onde a subjetividade do professor é anulada. Isso cria um ambiente propício ao desencadeamento de quadros depressivos, ansiedade generalizada e síndrome de burnout.

A escola cívico-militar, onde ocorreu uma das mortes, é um exemplo emblemático da transição para um modelo autoritário de gestão educacional. Spring (2004) e Saviani (2018) já alertavam que a padronização de



comportamentos, a hierarquização e a militarização do espaço escolar estão em desacordo com os princípios democráticos da educação pública e contribuem para um ambiente opressivo, que afeta negativamente o bem-estar dos educadores.

Além das mortes, há relatos constantes de licenças médicas por crises de ansiedade, pânico e depressão, que não têm recebido a devida atenção das instâncias gestoras. Facci, Urt e Barros (2018) demonstram que o sofrimento docente é intensificado pela ausência de escuta empática nas unidades escolares e pela negação das demandas subjetivas dos trabalhadores da educação.

Wanzinack e Santos (2017) também reforçam que o sofrimento dos professores é constantemente invisibilizado pelas narrativas institucionais, que culpabilizam o indivíduo, em vez de reformular as estruturas de poder e os processos de trabalho. Essa culpabilização é particularmente evidente nos programas de "autocuidado", que deslocam a responsabilidade da instituição para o trabalhador.

A responsabilização subjetiva do professor, segundo Cancian (2022), está alinhada com a lógica neoliberal que rege as reformas educacionais recentes. Trata-se de uma racionalidade que valoriza a eficiência, a gestão por resultados e o empreendedorismo docente, ignorando as condições materiais, emocionais e políticas em que se dá o trabalho pedagógico.

Quando o cuidado é substituído pelo controle, o trabalho se torna insustentável. Isso é visível nas narrativas de professores que, mesmo adoecendo, sentem-se pressionados a comparecer às escolas para não comprometer os indicadores de desempenho. Moura e Andrade (2020) analisam que essa situação cria um ciclo de violência simbólica e institucional contra o corpo docente.

A mídia e os sindicatos têm exercido um papel fundamental na visibilização dos casos e no enfrentamento do silêncio institucional. O APP-Sindicato (2024c), por exemplo, tem sistematizado denúncias e promovido



campanhas públicas para pressionar o governo a implementar políticas mais humanizadas de gestão escolar e proteção à saúde dos professores.

No entanto, como enfatiza Facci (2019), nenhuma política de saúde docente será eficaz se não romper com a racionalidade produtivista que subjaz às reformas educacionais. É preciso repensar o papel da escola pública, resgatar o sentido social do magistério e garantir condições materiais e simbólicas para que os professores possam exercer sua função com dignidade.

A morte de professoras em sala de aula não é uma tragédia natural, mas o resultado previsível de uma lógica que mercantiliza a educação e desumaniza os sujeitos que dela participam. Reconhecer isso é o primeiro passo para transformar a escola em um espaço de vida e não de exaustão.

3 METODOLOGIA

A metodologia adotada fundamenta-se na análise de conjuntura e em revisão crítica da literatura, combinando o exame de reportagens, pronunciamentos institucionais e dados de sindicatos com reflexões de autores como Martha Nussbaum, Joel Spring, Paulo Freire, Dermeval Saviani e Gaudêncio Frigotto. Com isso, propõe-se um diálogo entre o campo empírico e o campo teórico que permita evidenciar os mecanismos estruturais de precarização e sofrimento.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados obtidos a partir da análise documental, sindical e jornalística confirmam a existência de um colapso na saúde física e mental dos professores da rede estadual do Paraná, intensificado a partir da adoção de reformas educacionais neoliberais. Entre janeiro e junho de 2024, foram registrados mais de 8.900 afastamentos por problemas de saúde mental, especialmente por transtornos de ansiedade, depressão e síndrome de burnout (APP-SINDICATO, 2024). Este dado, por si só, evidencia o caráter estrutural do adoecimento



docente e corrobora as análises teóricas que apontam para a intensificação do trabalho como vetor de desgaste psíquico.

Os casos emblemáticos de morte de professoras durante o expediente, ocorridos em Curitiba e Apucarana em junho de 2024, reforçam a gravidade do quadro. Estes episódios, amplamente divulgados pela mídia e debatidos em audiências públicas (ALEP, 2024), expõem a falência de políticas de cuidado e prevenção, revelando que as medidas anunciadas, como o programa "Cuidar de Quem Educa", permanecem superficiais e paliativas.

A análise das narrativas presentes em documentos sindicais e nas falas de docentes indica um padrão de sobrecarga que transcende o âmbito físico. Os professores relatam a multiplicação de funções, a cobrança incessante por resultados e a vigilância constante como fatores que desfiguram o sentido pedagógico do trabalho, conduzindo à alienação e ao esvaziamento simbólico da profissão (Facci, 2019; Frigotto, 2017). Este processo configura o que Facci e Urt (2018) denominam "sofrimento ético-político", no qual o adoecimento emerge não apenas do excesso de trabalho, mas também da negação da autonomia e do valor social da docência.

Os dados também indicam que a adoção de mecanismos como provas padronizadas e plataformas de monitoramento, associados à militarização escolar, reforça uma lógica autoritária e produtivista. A imposição de metas descontextualizadas e a constante avaliação individual fomentam o isolamento e a competição entre os docentes, enfraquecendo os vínculos coletivos e deteriorando o ambiente escolar (Cancelli, 2022; Lacé; Santos, 2019).

Outro aspecto relevante diz respeito à fragmentação curricular e à exclusão de disciplinas humanísticas, que reduzem o espaço de formação crítica e comprometem a função emancipadora da escola (Nussbaum, 2010; SPRING, 2004). Ao transformar a escola em um ambiente de adestramento técnico, essas medidas acentuam a desmotivação e aprofundam a crise de identidade docente.

A análise das audiências públicas demonstra uma lacuna entre o discurso oficial e as necessidades reais dos professores. Embora se reconheça a existência de um "esgotamento estrutural", as respostas institucionais seguem



restritas ao campo do autocuidado individual, deslocando a responsabilidade do Estado para o trabalhador (Wanzinack; Santos, 2017). Tal estratégia, ao patologizar o sofrimento, legitima a lógica neoliberal de gestão, que trata o adoecimento como problema pessoal e não como reflexo de condições laborais adversas.

Os resultados indicam, ainda, que a naturalização do sofrimento docente se sustenta em uma narrativa meritocrática que associa sucesso e fracasso ao esforço individual, desconsiderando as desigualdades estruturais e as condições precárias de trabalho. Esta perspectiva não apenas agrava o adoecimento, mas também silencia as possibilidades de resistência coletiva, dificultando a mobilização por direitos e melhores condições de trabalho (Frigotto, 2017; Mendes; Oliveira, 2023).

Em síntese, os achados revelam que o adoecimento docente no Paraná não é um fenômeno isolado ou episódico, mas o sintoma de um projeto político-pedagógico que subordina a escola aos imperativos do mercado. A combinação entre metas inatingíveis, vigilância, desvalorização simbólica e fragmentação curricular constitui um cenário de precarização extrema, que ameaça a saúde dos professores e, por consequência, compromete a própria função social da escola pública.

5 CONCLUSÃO

A análise crítica do cenário educacional paranaense, especialmente a partir das reformas neoliberais, revela um quadro alarmante de desumanização do trabalho docente. As políticas públicas voltadas à eficiência, ao controle e à responsabilização individual promoveram um deslocamento da função emancipadora da escola, substituindo-a por um modelo tecnocrático que impõe metas, plataformas e vigilância, sem considerar as singularidades dos sujeitos da educação.

Os dados sobre adoecimento mental e físico dos professores da rede estadual do Paraná evidenciam os efeitos concretos desse processo. Mais de



8.900 afastamentos por causas psíquicas em 2024 (APP-SINDICATO, 2024a), somados às mortes de professoras durante o expediente escolar, não podem ser naturalizados. Trata-se de um colapso silencioso da saúde docente, agravado por estruturas institucionais que precarizam o cuidado e culpabilizam os profissionais pelo próprio sofrimento.

A lógica neoliberal, que se dissemina através de políticas inspiradas na Nova Gestão Pública, reduz a escola a um espaço de treinamento para o mercado, onde a valorização da performance esvazia o sentido crítico da educação. O discurso da meritocracia e da autogestão, como apontam Frigotto (2017) e Facci (2019), individualiza os fracassos sistêmicos, fragilizando ainda mais a resistência coletiva.

A intensificação do trabalho, a polivalência de funções, a fragmentação curricular e a desvalorização simbólica são expressões do que Facci e Urt (2018) denominaram sofrimento ético-político. Os professores, ao perceberem o esvaziamento do sentido de sua prática, enfrentam não apenas a sobrecarga física, mas uma crise existencial vinculada à perda de autonomia e reconhecimento.

Ao mesmo tempo, observamos que a supressão de disciplinas das humanidades, a adoção de currículos tecnicistas e o cerco à liberdade pedagógica sinalizam um projeto de formação do “trabalhador conformado” (NUSSBAUM, 2010; SPRING, 2004). A escola, em vez de formar sujeitos críticos, passa a reproduzir uma lógica de obediência, alinhada aos interesses do capital e do autoritarismo.

Apesar disso, a resistência docente tem se expressado por meio de práticas pedagógicas insurgentes, mobilizações sindicais, ações coletivas e elaboração de projetos pedagógicos alternativos. A práxis política dos educadores, conforme Freire (1987) e Gramsci (apud Frigotto, 2017), se mostra fundamental para reverter o processo de desumanização e reconquistar a centralidade da escola como espaço de formação cidadã.

As propostas de combate ao adoecimento docente, debatidas na Assembleia Legislativa e por movimentos organizados, precisam ser entendidas



não como paliativos, mas como uma chamada à reconstrução estrutural da política educacional (ALEP, 2024; APP-SINDICATO, 2024b). Investir na saúde mental dos professores passa necessariamente por transformar as condições de trabalho, recuperar a autonomia docente e valorizar a dimensão formativa do ensino.

A denúncia da lógica neoliberal na educação, tal como conduzida por Ratinho Jr. no Paraná, não é uma postura ideológica isolada, mas um posicionamento ético diante de um modelo que transforma sofrimento em dado estatístico. A defesa da escola pública como espaço de humanização e criticidade deve ser assumida como tarefa urgente e inadiável.

Portanto, reafirmamos que a superação do adoecimento docente não será possível sem a ruptura com o paradigma gerencialista que coloniza a educação. A escola precisa voltar a ser território de escuta, criação e vínculo. Isso implica valorizar o trabalho docente em sua complexidade, promover políticas públicas de cuidado integral e garantir condições reais para o exercício pedagógico com dignidade.

Por fim, é preciso assumir que o sofrimento dos professores é também um sintoma da crise democrática que atravessa o país. Recuperar o sentido ético, político e emancipador da educação é condição para que a escola volte a ser lugar de vida – e não de morte. A saúde dos docentes é um indicador da saúde da democracia, e sua defesa é um compromisso coletivo de toda a sociedade.



REFERÊNCIAS

ALEP – Assembleia Legislativa do Paraná. Assembleia debate ações para reverter adoecimento de professores das escolas estaduais do Paraná. 2024.

Disponível em:

<https://www.assembleia.pr.leg.br/comunicacao/noticias/assembleia-debate-acoes-para-reverter-adoecimento-de-professores-das-escolas-estaduais-do-parana>

Acesso em: 17 jun. 2025.

APP-SINDICATO. Mais de 8,9 mil professores(as) da rede estadual do Paraná foram afastados(as) para tratamento de saúde mental em 2024. 2024.

Disponível em: <https://appsindicato.org.br/mais-de-89-mil-professoras-da-rede-estadual-do-parana-foram-afastados-para-tratamento-de-saude-mental-em-2024/>. Acesso em: 17 jun. 2025.

APP-SINDICATO. Morte de professora dentro de escola cívico-militar em Curitiba gera comoção nacional e debate sobre adoecimento. 2025a.

Disponível em: <https://appsindicato.org.br/morte-de-professora-dentro-de-escola-civico-militar-em-curitiba-gera-comocao-nacional-e-debate-sobre-adoecimento/>. Acesso em: 17 jun. 2025.

CANCIAN, Queli Ghilardi *et al.* Precarização e intensificação do trabalho docente. *Humanidades & Inovação*, v. 9, n. 2, p. 148-164, 2022. Disponível em:

<https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/7204>.

Acesso em: 17 jun.

CASTRO, Marcela; AMARAL, Daniela Patti do. Seleção de diretores de escola como demanda do movimento estudantil: a agenda dissonante da política no Rio de Janeiro. *Jornal de Políticas Educacionais*, Curitiba, v. 13, n. 2, p. 1-20, jan. 2019. Disponível em: <http://10.5380/jpe.v13i0.61277>. Acesso em: 17 jun.

DA SILVA, Elza Fagundes; VIEIRA, Alboni Marisa Dudeque Pianovski.

Adoecimento docente nas escolas públicas do Estado do Paraná.

Humanidades & Inovação, v. 8, n. 59, p. 181-192, 2021. Disponível em:

<https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/2273>.

Acesso em: 17 jun.

FACCI, Marilda Gonçalves Dias; URT, Sonia da Cunha; BARROS, Ana Teresa Fernandes. Professor readaptado: a precarização do trabalho docente eo adoecimento. *Psicologia Escolar e Educacional*, v. 22, n. 2, p. 281-290, 2018.

Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/pee/a/Fp3LN9tv4Ym9QfpV8dfGyLS/?lang=pt>. Acesso em: 17 jun.

FACCI, Marilda Gonçalves Dias. O adoecimento do professor frente à violência na escola. *Fractal: Revista de Psicologia*, v. 31, n. 2, p. 130-142, 2019.



Disponível em: <https://www.scielo.br/j/fractal/a/YfVf8PZtTKfvy3W4HRJhbxB/>.
Acesso em: 17 jun.

FLACH, Simone Fátima; SCHLESENER, Anita Helena. Análise de conjuntura sobre a ocupação de escolas no Paraná a partir do pensamento de Antonio Gramsci. ETD - Educação Temática Digital, Campinas, SP, v. 19, n. 1, p. 165-186, jan./mar. 2017. Disponível em: 10.20396/etd.v19i1.8647613. Acesso em: 17 jun. 2025.

FREITAS, L. C. Os reformadores empresariais da educação: da desmoralização do magistério à destruição do sistema público de educação. Campinas: Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), 2012.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Escola “sem” partido : esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Rio de Janeiro. UERJ, LPP, 2017. 144 p.

LACÉ, Andréia Mello; SANTOS, Catarina de Almeida; NOGUEIRA, Danielle Xabregas Pamplona. Entre a escola e o quartel: a negação do direito à educação. Revista Educação e Sociedade, v. 35, n. 3, 2019. Disponível em: 10.21573/vol35n32019.96856.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. Como as democracias morrem. Tradução: Renato Aguiar. Prefácio: Jairo Nicolau. Rio de Janeiro: Zahar, 2018. ISBN: 978-85-378-1805-3.

MENDES, Ademir Aparecido Pinhelli; DE OLIVEIRA, Márcia Maria Fernandes. O Uso Compulsório de Plataformas Digitais de Aprendizagem em Sala de Aula na Educação Básica Pública do Estado do Paraná-Brasil. Revista Interacções, v. 19, n. 64, p. 1-25, 2023. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/interaccoes/article/view/30676> . Acesso em: 17 jun.

MOURA, S. A. de; ANDRADE, W. M. L. L. de. Resenha da obra Como as corporações globais querem usar as escolas para moldar o homem para o mercado. Campinas, SP: Vide Editorial, 2018. Jornal de Políticas Educacionais. V. 14, r. 02. Novembro de 2020. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/jpe/article/download/77634/42128>. Acesso em: 17 jun. 2025.

SAVIANI, Dermeval. Escola e democracia. Autores associados, 2018. Disponível em: <https://cdl-static.s3-sa-east-1.amazonaws.com/trechos/9788537819012.pdf>. Acesso em: 17 jun.

SINDISAÚDE-PR. Morte de professora em escola revela “modelo Paraná” de adoecimento. 2024. Disponível em: <https://sindsaudepr.org.br/Default/Noticia/24313/morte-de-professora-em-escola-revela-modelo-parana-de-adoecimento->. Acesso em: 17 jun. 2025.



SPRING, Joel. O futuro da educação na sociedade global. Currículo sem Fronteiras, v. 4, n. 2, p. 71-91, 2004. Disponível em: <https://biblat.unam.mx/hevila/CurriculosemFronteiras/2004/vol4/no2/4.pdf>. Acesso em: 17 jun.

VASCONCELOS, Maria Celi Chaves; BOTO, Carlota. A educação domiciliar como alternativa a ser interrogada: problema e propostas. Práxis Educativa, Ponta Grossa, v. 15, e2014654, p. 1-21, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.5212/PraxEduc.v15.14654.019>. Acesso em: 17 jun. 2025.

WANZINACK, Clóvis; DOS SANTOS, Josi Kelly Leite. Saúde docente: um estudo de caso nas escolas municipais de ensino fundamental do município de Matinhos–Paraná-Brasil. Revista Electrónica de Investigación y Docencia (REID), n. 17, 2017. Disponível em: <https://revistaselectronicas.ujaen.es/index.php/reid/article/view/3187>. Acesso em: 17 jun.